

CAMPO GRANDE

Prefeitura auditará folha e cortará vantagens salariais

Estimativa é de redução da despesa com pessoal em R\$ 10 milhões mensais

LÚCIA MOREL
OSVALDO JÚNIOR

A Prefeitura de Campo Grande inicia, a partir do próximo mês, uma auditoria na folha de pagamento com o objetivo de eliminar as vantagens salariais que não têm respaldo legal. Com isso, a administração municipal estima reduzir em R\$ 10 milhões a despesa com pessoal, que corresponde, atualmente, à média mensal de R\$ 95 milhões. A informação é do secretário de Receita, Disney Fernandes. O enxugamento do gasto com servidores ocorre num momento em que esse desembolso compromete mais da metade da receita do município.

De acordo com a Lei Complementar 101/2000 ou Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), as prefeituras não devem gastar com os servidores valor superior a 54% da Receita Corrente Líquida (RCL), considerando, para essa correspondência, o intervalo de um ano. Em 12 meses, encerrados em agosto de 2015, a despesa total com pessoal (DTP), que somava R\$ 1,312 bilhão, equivalia a 54,44% da RCL, de R\$ 2,430 bilhões.

Quando o teto é extrapolado, a LRF determina a eliminação do excedente nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro quadrimestre.

O excedente, conforme explica Fernandes, é a diferença entre o comprometimento contabilizado pelo município (no caso, de 54,44%) e o limite prudencial estabelecido pela LRF, que é de 51,3%. Trata-se, assim, de 3,14 pontos percentuais – e um terço desse valor equivale a 1,04 ponto percentual. Desse modo, a prefeitura deveria chegar a dezembro com índice de 53,4% (54,44% menos 1,04 ponto percentual). Em abril (quando completam dois quadrimestres contados a partir de agosto do ano passado), a paridade entre DTP e RCL deverá recuar para o limite prudencial, de 51,3%.

A primeira parte da exigência da lei – redução em, ao menos, um terço do excedente no primeiro quadrimestre – foi cumprida pela prefeitura. Nos últimos 12 meses, fechados em dezembro passado, a DTP somou R\$ 1.300.169.769,96, e a RCL, R\$ 2.444.179.748,87. A despesa com servidores comprometeu, assim, 53,19%



VALDENIR REZENDE

SECRETÁRIO. Disney Fernandes falou ontem sobre a necessidade de reduzir gasto com servidores

(portanto, menos que os 53,4%) da receita. Na comparação com os números de agosto do ano passado, o gasto com pessoal diminuiu em R\$ 23,075 milhões e a receita aumentou em R\$ 13,309 milhões.

A prefeitura buscará reduzir ainda mais o desembolso com servidores e/ou elevar a receita. De imediato, o objetivo é fechar abril com o valor da folha correspondendo a 51,3%

da RCL. Mas o município não pretende apenas atender prerrogativas da LRF. A intenção é recuar a índices confortáveis, abaixo da casa dos 50%. “Campo Grande tem um dos maiores índices na comparação com municípios do mesmo porte. Em outras cidades, a folha compromete a receita na média de 46% a 48%”, afirmou o secretário.

AUDITORIA
Reduzir ainda mais o número de servidores está fora dos planos imediatos da prefeitura. Para diminuir a massa salarial (que evolui com os reajustes, questão que também segue no impasse) sem demissões, o município buscará reduzir os valores dos vencimentos de parte dos funcionários. Para isso, realizará auditoria da folha. Atualmente, a despesa com

216,9

MILHÕES DE REAIS
Este é o valor do déficit da Prefeitura de Campo Grande no encerramento de 2015. O montante resulta da diferença entre receita de R\$ 2,716 bilhões e despesa de R\$ 2,933 bilhões. A evolução com a folha de pagamento está entre os fatores do resultado negativo das contas municipais. A despesa total com pessoal foi de R\$ 1,3 bilhão, 53,19% da receita.

servidores de Campo Grande soma, em média, R\$ 95 milhões mensais. Esse valor pode ser reduzido para R\$ 85 milhões, com a análise detalhada das gratificações. “Vamos verificar a base legal dessas vantagens. E o que não tiver respaldo da lei, o que não for de direito, vamos cortar”, avisou Fernandes. A auditoria da folha salarial, a ser iniciada em março, deve durar um ano e meio.

O secretário destacou que a última auditoria dessa natureza foi feita há 20 anos, na gestão de Juvenício César da Fonseca. Conforme Fernandes, foi apurado, na época, que 8,2% do valor da folha era pago indevidamente. “É uma diferença muito grande. É como se fosse um décimo quarto salário”, afirmou.

SUFOCO

Petrobras coloca à venda 21 térmicas no País

COM AGÊNCIAS

A Petrobras quer sair do setor elétrico e colocou à venda suas 21 usinas térmicas, gasodutos e terminais de regaseificação, por onde chega em forma líquida o gás importado em navios. A conclusão do negócio esbarra, porém, em questões regulatórias, segundo um executivo de uma grande empresa do setor elétrico que quer comprar ativos.

O plano geral da Petrobras de venda de ativos para reforçar o caixa pretende arrecadar, no total, US\$ 57,7 bilhões (o equivalente a cerca de R\$ 225 bilhões). Mas, até agora, a empresa só conseguiu se desfazer de 49% de uma de suas subsidiárias, a Gaspetro, de

distribuição de gás, por R\$ 1,9 bilhão. Ainda estão sendo negociadas parcerias na BR Distribuidora, concessões para a exploração e produção de petróleo e gás, uma fatia da petroquímica Braskem, fábricas de fertilizantes, terminais, dutos e navios, além das usinas.

Com pouco dinheiro para investir no que considera o seu trunfo para enfrentar a crise – o pré-sal –, a Petrobras decidiu deixar de ser uma empresa integrada de energia, presente do poço ao posto. A nova empresa será, prioritariamente, uma produtora de petróleo.

Para tirar o plano de desinvestimento do papel, a empresa terá de superar a concorrência de programas

semelhantes de petroleiras do mundo todo, afetadas pela queda do preço do petróleo. No Brasil, pesam ainda limitações regulatórias.

Para vender suas térmicas, a Petrobras terá de, primeiro, chegar a um acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) sobre a regulação dos gasodutos. O executivo que conversou com o Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, disse que tem muito interesse nas usinas, gasodutos e terminais de regaseificação, mas não fechará acordo com a Petrobras até que o governo dê certeza de que sua empresa poderá ser a operadora dos gasodutos.

Hoje, a operação dos gasodu-

tos é da estatal. “Ninguém quer ficar refém da Petrobras, que é a dona do gás e de toda a rede de transporte”, disse.

A Petrobras tem capacidade de geração térmica de 6,14 megawatts. Quase metade, 47%, localizada no estado do Rio de Janeiro. Há ainda usinas em outros oito estados, alguns deles grandes consumidores de energia, como São Paulo.

A rede de gasodutos se estende por mais de 9 mil km, parte dela ligada aos terminais de regaseificação da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, e de Pecém, no Ceará. Ter acesso aos terminais possibilita o acesso ao gás importado e diminui a



REPRODUÇÃO

NEGÓCIO. Petrobras tenta vender todas as suas usinas térmicas

dependência dos futuros donos das usinas.

As térmicas foram construídas durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso para socorrer o País no apagão de 2001. Com o fim do período de seca e a recuperação dos reservatórios hidre-

létricos, as térmicas, que produzem energia mais cara, foram desligadas, gerando perdas à Petrobras. O desempenho financeiro só melhorou nos últimos anos, quando as térmicas voltaram a ser acionadas por causa da seca.

INDICADORES

COTAÇÕES E ÍNDICES Fechamento: 11 de fevereiro de 2016

CÂMBIO		
Em R\$		
Moeda	Compra	Venda
DÓLAR COMERCIAL	3,9820	3,9837
DÓLAR TURISMO (BB)	3,9600	4,2000
DÓLAR PARALELO	NÃO DIVULGADO	

INFLAÇÃO	
Em % ao mês. IGP2, IGP1, IPA1, IPC1, respectivamente	

ÍNDICES	OUT	NOV	DEZ	JAN	12M.
PCA do IBGE (%)	0,82	1,01	0,96	1,27	9,93
PCA Esp. IBGE (%)	-	-	-	-	9,57
INPC/IBGE (%)	0,77	1,11	0,90	1,51	10,33
IGP-M/FGV (%)	1,89	1,52	0,49	1,14	10,09
IGP-DW/FGV (%)	1,76	1,19	0,44	1,53	9,31
IPC/FEPE (%)	0,88	1,06	0,82	1,37	8,66
IPC (C. GDP) (%)	0,97	1,14	0,84	-	11,41

CUB – Custo Unitário Básico; **ICV** – Índice do Custo de Vida; **INPC** – Índice Nacional de Preço ao Consumidor; **IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; **Dieese** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; **ICVM** – Índice do Custo de Vida da Classe Média da Ordem dos Economistas; **IPCA** – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo; **IGP** – Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas; **IGP-M** – Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas; **FIPE** – Índice de Preços do Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas; **INCC** – Índice Nacional do Custo da Construção.
3387-8884 - Sinduscon

PISO RURAL	R\$ 855
2015	

POUPANÇA

ABRIL	A	MAIO NOVA POUPANÇA
(Dep. feitos até 03/05/2012)		(Dep. feitos a partir de 04/05/12)
5/2 = 0,7214		JANEIRO
6/2 = 0,7291		5/2 = 0,7214
7/2 = 0,6995		6/2 = 0,7291
8/2 = 0,6798		7/2 = 0,6995
9/2 = 0,6466		8/2 = 0,6798
10/2 = 0,6466		9/2 = 0,6466
11/2 = 0,6855		10/2 = 0,6466
12/2 = 0,6852		11/2 = 0,6855
13/2 = 0,6890		12/2 = 0,6852
14/2 = 0,6278		13/2 = 0,6890
15/2 = 0,6168		14/2 = 0,6278
16/2 = 0,6095		15/2 = 0,6168
17/2 = 0,6501		16/2 = 0,6095
18/2 = 0,6728		17/2 = 0,6501
19/2 = 0,6826		18/2 = 0,6728
20/2 = 0,6682		19/2 = 0,6826
21/2 = 0,6415		20/2 = 0,6682
22/2 = 0,6150		21/2 = 0,6415
23/2 = 0,5950		22/2 = 0,6150

24/2 = 0,6344	23/2 = 0,5950
25/2 = 0,6914	24/2 = 0,6344
26/2 = 0,6882	25/2 = 0,6914
27/2 = 0,6680	26/2 = 0,6882
28/2 = 0,6521	27/2 = 0,6680
29/2 = 0,6521	28/2 = 0,6521
1/3 = 0,5962	29/2 = 0,6521
2/3 = 0,6225	1/3 = 0,5962
3/3 = 0,5980	2/3 = 0,6225
4/3 = 0,6109	3/3 = 0,5980
5/3 = 0,6165	4/3 = 0,6109
	5/3 = 0,6165

UNIDADES FISCAIS

Em R\$	
UFERMS (Jan/Fev 2016)	22,90
UAM/MS (Jan 2016)	3,3188
UFIR (Out 00)	1,0641

ALUGUEL

Reajustes de aluguel e outros contratos							
Acumulado % até julho(*)				até agosto(*)			
Índices	Trim	Quad	Sem Anual	Trim	Quad	Sem Anual	
FIPE	0,45	0,99	2,27	5,38	0,54	0,79	2,08 5,49
IGP-DI	-1,63	-1,19	1,13	5,05	-1,12	-1,57	0,34 4,63
IGP-M	-1,48	-0,70	1,34	5,32	-1,61	-1,74	0,68 4,89
INPC	0,99	1,78	3,27	6,33	0,57	1,17	2,80 6,35

* Acumulado até julho reajusta aluguéis e contratos a partir de agosto, para pagamento em setembro; acumulado até agosto reajusta a partir de setembro, para pagamento em outubro.

AGROPECUÁRIO

Fechamento: 11 de fevereiro de 2016

Grãos	Compra	Venda
Milho (60 kg)	34,00	36,00
Soja (60 kg)	65,00	65,00
Algodão (arroba)	22,00	22,00

Suíno vivo	Mínimo	Máximo
Kg	3,10	3,70

Frango	Mínimo	Máximo
Kg/granja	4,55	5,39

Bovinos	Mínimo	Máximo
Arroba à vista		
Boi Gordo	s/inf	s/inf
Boi Gordo Rastreado	140,00	140,00
Vaca Gorda	s/inf	s/inf
Vaca Gorda Rastreada	134,00	134,00

Leite Cao produtor	Mínimo	Máximo
Litro bruto	0,82	0,82

Fontes: Ceasa - www.ceasa.ms.gov.br - conselheiro
Preços ao produtor – Campo Grande, MS (em reais, FOB, IMCIS Excluído)

INSS

Contribuição à Previdência Social

Tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1º de janeiro de 2015.	
SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
Até 1.399,12	8
De 1.399,13 até 2.331,88	9
De 2.331,89 até 4.663,75	11

Portaria interministerial MP5/MF nº 13, de 09 de janeiro de 2015.

Tabela de contribuição dos segurados contribuintes individuais e facultativo.	
SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
788,00	5*
788,00	11**
788,00 até 4.663,75	20
* Alíquota exclusiva do microempreendedor individual e do segurado (o) facultativo o que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência – Lei 12.470, de 31 de agosto de 2011 - DOU de 01/09/2011	
** Plano simplificado – Lei complementar 123, de 14/12/2006.	

BOVESPA

Gramma - BM&F

R\$ 159

6,0000%

OURO

Gramma - BM&F

R\$ 880

39.318

-2,62%

SALÁRIO MÍNIMO

Janeiro/2016

R\$ 880

IMPOSTO DE RENDA

Tabela oficial da Receita Federal

Rendimento em (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R\$)
Até 1.903,98	Isto	-
de 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
de 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
de 3.751,06 até 4.464,68	22,5	636,13
Acima de 4.464,68	27,5	869,36

Obs.: **Deduções:** a) Trabalhador assalariado: 1 - R\$ 179,71 por dependente; 2 - pensão alimentícia paga por acordo judicial ou por escritura pública; 3 - contribuição à Previdência Social; 4 - R\$ 1.787,77 (por aposentadoria a quem já completou 65 anos de idade); 5 - contribuições pela previdência e p/ os Fapi pelo contribuinte; b) Carnê-leão: as mencionadas nos itens 1 a 3 as despesas escrituradas no livro caixa. Juros da 5ª parcela do IRPF/2014: 3,64%. Vencimento: 29/08.